2. Data a partir da qual os cartórios eleitorais não mais permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados e as decisões não mais serão publicadas em mural ou em sessão, salvo se a diplomação tiver ocorrido anteriormente, hipótese em que os plantões serão encerrados na mesma data.

JANEIRO DE 2023

9 de janeiro - segunda-feira

(71 dias depois)

Último dia para o(a) eleitor(a) que deixou de votar no dia da eleição complementar apresentar justificativa ao(à) juiz(juiza) eleitoral (art. 7º da Lei nº 6.091/1974).

11 de janeiro - quarta-feira

(73 dias depois)

Data a partir da qual os seguintes procedimentos podem ser realizados com as urnas eletrônicas utilizadas na votação, desde que as informações nelas contidas não sejam objeto de discussão em processo judicial (art. 224 da Resolução - TSE nº 23.611/2019):

I - a remoção dos lacres das urnas eletrônicas;

II - a retirada e formatação das mídias de votação;

III - a formatação das mídias de carga;

IV - a formatação das mídias de resultado; e

V - a manutenção das urnas.

MAIO DE 2023

30 de maio - terça-feira

(180 dias após o último dia para diplomação)

Data até a qual os(as) candidatos(as) e os partidos políticos deverão conservar a documentação concernente às suas contas, desde que não estejam pendentes de julgamento, hipótese na qual deverão conservá-la até a decisão final (art. 32 da Lei nº 9.504/97).

RESOLUÇÃO Nº 414, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600705-97.2022.6.17.0000

(SEI Nº 0019063-21.2022.6.17.8000)

Altera a Resolução nº 403, de 8 de abril de 2022, que dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições de 2022, no âmbito da Justiça Eleitoral de Pernambuco.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 0019063-21.2022.6.17.8000,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução nº 403, de 8 de abril de 2022, que dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições de 2022, no âmbito da Justiça Eleitoral de Pernambuco.

Art. 2º O parágrafo único do art. 59 da Resolução nº 403, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O processo SEI referido no caput deste artigo deverá ser do tipo 'EL-processo-controle editais atas de preparação das eleições (Processo SEI de controle de editais e atas de preparação das eleições)', com a especificação 'Editais e Atas das Eleições 2022', assunto '00.01.02.16 - Geração de mídia, carga e lacração, nível de acesso público'."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 8 de agosto de 2022.

Des. Eleitoral ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

Presidente

Des. Eleitoral Substituto HUMBERTO COSTA VASCONCELOS JÚNIOR
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral em exercício
Des. Eleitoral FRANCISCO ROBERTO MACHADO
Desa. Eleitoral IASMINA ROCHA
Desa. Eleitoral MARIANA VARGAS CUNHA DE OLIVEIRA LIMA
Des. Eleitoral CARLOS GIL RODRIGUES FILHO
Des. Eleitoral RODRIGO CAHU BELTRÃO
Dr. ROBERTO MOREIRA DE ALMEIDA
Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 415, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600923-28.2022.6.17.0000
(SEI Nº 0019503-87.2022.6.17.8300).

Altera a estrutura organizacional da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco prevista na Resolução nº 360, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a autonomia administrativa assegurada aos Tribunais (alínea b do inciso I do art. 96 e caput do art. 99 da Constituição Federal e inciso II do art. 30 do Código Eleitoral), que lhes garante competência privativa para organizar suas Secretarias e Corregedorias Regionais, provendo-lhes os cargos na forma da lei;

CONSIDERANDO que a disposição contida no parágrafo único do art. 24 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, autoriza os órgãos do Poder Judiciário da União a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, os cargos em comissão e as funções comissionadas de seu Quadro de Pessoal;

CONSIDERANDO que, na 5ª sessão administrativa de 2018, realizada em 27 de setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou proposta de reestruturação orgânica do Tribunal, com aproveitamento, não resultante em aumento de despesa, do excedente decorrente da opção que alguns servidores fazem pela remuneração do cargo efetivo (ata disponível no link <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=legislacaoAtasSessoesAdministrativas&pagina=atasSessoesAdministrativas>);

CONSIDERANDO que o art. 1º da Resolução nº 23.698, de 26 de abril de 2022, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), autorizou, no âmbito daquele órgão, a utilização do saldo de recurso orçamentário remanescente da diferença existente entre o valor do cargo comissionado integral e o montante de 65% (sessenta e cinco por cento) da opção feita pelo servidor efetivo, para a transformação de novos cargos comissionados;

CONSIDERANDO que diversos outros órgãos do Poder Judiciário Brasileiro, inclusive o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e diversos Tribunais Regionais Eleitorais adotaram a mesma medida no âmbito de suas respectivas competências (Resoluções nº 12/2022/STJ; nº 2.320/2022/TST; nº 8/2022/TRF5; nº 10.001/2022/TRE-MA; nº 21/2022/TRE-PB; nº 1.218/2022/TRE-MG; nº 369/2022/TRE-GO; nº 486/2022/TRE-RR; nº 895/2022/TRE-PR; nº 16.219/2022/TRE-AL; nº 57.303/2022/TRE-DF).

CONSIDERANDO a relevância das Escolas Judiciárias, no âmbito da Justiça Eleitoral, para o fortalecimento da democracia representativa e da cidadania;

CONSIDERANDO a necessidade de aproximar a estrutura da Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco (EJE-PE), estabelecida na Resolução nº 301, de 11 de setembro de 2017, deste Tribunal, à estrutura recomendada por meio da Resolução nº 23.620, de 9 de junho de 2020, do TSE, que dispõe sobre a estrutura, o funcionamento e as competências das Escolas Judiciárias Eleitorais;